

HABEAS CORPUS Nº 558.113 - SP (2020/0012909-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

MARCELO DOS SANTOS alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Habeas Corpus n. 2263435-66.2019.8.26.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

A defesa aponta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal para a manutenção da constrição cautelar e, para tanto, alega que "negar a idoneidade da fundamentação de uma prisão pautada exclusivamente na reincidência ou nos maus antecedentes do autuado, equivoco no qual incidiu a autoridade coatora" (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente ou a imposição de medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar (fls. 78-79) e prestadas as informações (fls. 84-120 e 131-138), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 142-146), que opinou pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

Decido.

Consta dos autos que, no dia 25/9/2019, foi decretada a prisão preventiva em desfavor do ora paciente, pela suposta prática do delito de receptação, nos seguintes termos:

[...]

O autuado foi detido quando, supostamente, conduzia veículo automotor produto de ilícito, estando, portanto, em situação de flagrante delito pelo crime de **receptação de veículo automotor**.

Não bastasse que a receptação de automóveis fomenta a

prática de inúmeros outros delitos, formação de organizações criminosas destinadas à comercialização de peças e veículos, corrupção de autoridades dentre outros, **o autuado ostenta enorme ficha criminal, sendo reincidente, beneficiado com o regime aberto, revelando que faz da criminalidade o seu modo de vida há muito tempo.**

Não há no ordenamento jurídico qualquer outra medida cautelar diversa da prisão preventiva apta a tutelar a ordem pública, a instrução processual penal e a futura aplicação da lei penal, ainda mais porque o autuado possui diversas anotações por evasão de estabelecimento prisional (fl. 24, grifei).

Ao denegar a ordem, a Corte local consignou o seguinte:

E, a par da existência de prova de materialidade e indícios de autoria, o paciente **é reincidente em crime doloso, ostentando péssimos antecedentes criminais** (cf. fls. 48/50). E essa circunstância, embora não constitua, por si só, óbice à concessão de liberdade provisória, não pode ser simplesmente desconsiderada pois evidencia possibilidade real de recalcitrância criminosa e, em consequência, a necessidade da manutenção da segregação cautelar para se resguardar a ordem pública (fl. 74, destaquei).

Após consulta à página eletrônica do TJSP, em 29/1/2020, foi indeferida a liberdade provisória e, no dia 22/3/2020, foram suspenso os prazos.

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Apoiado nessa premissa, verifico que **se mostram suficientes**

as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do acusado.

Na hipótese, embora o delito imputado ao paciente não haja sido perpetrado com violência ou grave ameaça, verifico a indicação de motivos idôneos para justificar a custódia provisória, por evidenciarem o **risco de reiteração delitiva, visto que o réu é reincidente e "ostenta enorme ficha criminal"**, o que se constata da leitura da folha de antecedentes do réu, acostada às fls. 33-51.

A respeito do tema, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que **a notícia de inquéritos policiais ou ações penais em desfavor do réu e, com muito mais razão, o registro de outras condenações definitivas**, são fundamentos bastantes para imposição da custódia provisória.

Ilustrativamente:

[...]

5. Nos termos da orientação desta Corte, **inquéritos policiais e processos penais em andamento, embora não possam exasperar a pena-base (Súmula 444/STJ), constituem indicativos de risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública.**

[...]

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 389.080/MG, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 3/5/2017, grifei)

Concluo, então, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da prisão preventiva do acusado.

Por idênticos fundamentos, a adoção de medidas cautelares diversas **não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais** (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Nesse sentido:

[...]

V - Adequada fundamentação do *decisum a quo*

Superior Tribunal de Justiça

demonstrando a real possibilidade de reiteração das condutas delitivas, portanto, não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 13/4/2018, destaquei)

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este recurso em habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, monocraticamente, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
Relator